

Roteiro para o pacto social

Econ. Brasil

As lideranças empresariais de São Paulo subscreveram um documento, resumindo em dez pontos essenciais as diretrizes que defendem para a economia brasileira. Na síntese encaminhada à Presidência da República, ao Supremo Tribunal Federal e à Assembleia Nacional Constituinte, definem os princípios que deveriam nortear os atos de gestão daqueles que buscam os caminhos de retorno à prosperidade, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social. Uma autêntica carta de intenções, deveres e obrigações que serviria para dar essencialidade ao livre competir, ao livre empresar e ao livre licitar a riqueza nacional.

Os princípios são liberais e dentro do modelo econômico brasileiro e de acordo com as regras exigidas para as sociedades abertas, pluralistas e onde devem prevalecer os melhores desempenhos, as melhores ofertas dos bens pela qualidade, pelos preços e pelas disponibilidades. As leis que os disciplinam são as da oferta e da procura; da economia de mercado onde os índices de produtividade e da eficiência gerencial legitimam o fundamento da livre troca, cujo resultado final é o lucro.

As exigências são no sentido de afastar a intervenção estatal na licitação da riqueza, restringindo-a a situações muito especiais. Em caráter excepcional, poderá o Estado desempenhar atividade econômica, ainda que sob a forma de monopólio, autorizado por lei especial. Assim está explicitado no item 4 dos mandamentos mencionados.

O decálogo, por outro lado, faz uma vigorosa defesa da livre associação de capitais, inclusive de origem estrangeira, que não deve sofrer qualquer discriminação. Também o direito de propriedade que deve ter função social, admitindo a repressão contra o abuso do poder econômico, sobretudo quando estiver caracterizado o domínio do mercado, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário de lucros. A expropriação somente poderá ocorrer nas hipóteses definidas em lei, de necessidade ou de utilidade pública ou ainda de interesse social. Tudo, no entanto, mediante justa indenização, paga previamente.

Pela sua natureza objetiva o documento apresentado pela Fiesp, Associação Comercial, Federação da Agricultura, Sindicato dos Bancos, Federação das Empresas de Transportes Rodoviários Sul e Centro-Oeste e Bolsa de Valores, todas de São Paulo, não oferece, interlocução capaz de orientar as formas de condução da economia para ajustá-la aos propósitos defendidos.

Na oportunidade da divulgação do texto da mensagem, encaminhada aos escalões superiores dos três Poderes da República, alguns líderes manifestaram-se a respeito da atuação do Governo, não poupando críticas ao Presidente da República e a outras autoridades mais graduadas. No mesmo sentido vários reparos puseram à mostra apreensões relacionadas com o temor à recessão econômica e à hiperinflação, atribuindo tudo, à falta de autoridade e de credibilidade reinante no País, em geral.

Somente no décimo mandamento os empresários paulistas fazem uma referência ao operariado. "Será garantido ao trabalhador a participação no resultado da atividade econômica, sendo-lhes asseguradas condições de trabalho e de vida compatíveis com a dignidade humana". Em sua derradeira recomendação o empresariado paulista deixa de referir-se à política salarial, cuja importância não pode deixar de ser reconhecida e proclamada. Principalmente em se tratando de um alinhamento geral de conceitos, como sinalização maior para as tomadas de posição do Governo Federal.

Seria o caso, por isso mesmo, de uma tomada de posição do Parlamento, fazendo eco aos anseios e propósitos da iniciativa privada do mais desenvolvido dos Estados brasileiros, acolheria as indicações, enriquecendo-as com as reiteradas manifestações das entidades dos trabalhadores. Assim seria produzido um anteprojeto de pacto social para cujo contexto convergiriam as contribuições do capital e do trabalho, juntamente com a adesão de todos os partidos, na busca de um acordo geral para compor uma proposta de reversão da crise brasileira.

Empresários, trabalhadores e políticos uniriam nesse dar de mãos e de vontade, seus propósitos para uma ação comum e solidária, num grande gesto que a Nação vem aguardando para retomar os caminhos do desenvolvimento em busca de uma prosperidade auto-sustentada e duradoura.